

Patrimônio Cultural: Valores e Visões na Região do Grande ABC

Silvia Helena Passarelli e Luiz Roberto Alves

Resumo

A preservação do patrimônio cultural tem sido debatida desde os anos 1930 no Brasil, porém tem se explicitado de forma mais contundente a partir dos anos 1980, envolvendo a participação da sociedade civil na defesa da cultura, com endosso da Constituição Brasileira aprovada em 1988. É essa também a experiência da Região do Grande ABC, uma região industrial e operária localizada junto à capital do Estado de São Paulo. O debate vivenciado pela região sobre o patrimônio resultou na organização de centros de preservação, movimentos sociais pela preservação e implantação de conselhos de preservação do patrimônio. Atitude importante na amplificação desse processo se deu com a presença do jornal *Diário do Grande ABC*, ao debater e propor alternativas para o desenvolvimento regional. Este artigo propõe-se a analisar as visões e valores externados por esse veículo, identificando as relações com os conceitos estabelecidos pelos organismos internacionais de preservação do patrimônio e consequências sobre a efetiva preservação da identidade cultural regional.

Palavras-chave

Patrimônio Cultural. Percepção. Preservação. Identidade. Regionalidade.

Abstract

The preservation of cultural heritage has been debated since the 1930's in Brazil, but it has been more explicitly discussed since the 1980's, involving the participation of civil society in the defense of culture, with the endorsement of the Brazilian Constitution approved in 1988. This is also the experience of the Great ABC Area, an industrial, working area located near the capital of the State of São Paulo. The debate that was carried out in that area resulted in the organization of centers of preservation, social movements for the preservation and establishment of boards of heritage preservation. Such process was reinforced by the local newspaper *Diário do Grande ABC*, which discussed and proposed alternatives to regional development. This article

aims to analyze the views and values published by this media, identifying their relationship with the criteria established by international heritage preservation and consequences for the effective preservation of regional cultural identity.

Keywords Cultural Heritage. Perception. Preservation. Identity. Regionalism.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, assistimos, no Brasil, a um intenso processo de valorização da memória e do patrimônio cultural, incluindo aí os elementos da paisagem. O fato refletiu-se diretamente em ações de política pública na revitalização de centros urbanos deteriorados ou mesmo nas experiências de preservação de áreas urbanas contínuas, como tem ocorrido no tombamento de alguns bairros que tiveram tratamento de desenho urbano diferenciado. Pode-se exemplificar com as intervenções realizadas pela Companhia City na Cidade de São Paulo, oferecendo uma qualidade urbana diferenciada na cidade.

Também a Região do Grande ABC, a sudeste da área metropolitana de São Paulo, vivencia, desde a década de 1980, um debate sobre o patrimônio cultural, o qual resultou na organização de órgãos gestores do campo de saber, museus e centros de preservação da memória e movimentos sociais pela preservação de bens de interesse cultural. Entre eles, cabe citar o Movimento Pró-Paranapiacaba, o SOS Carlos Gomes ou mesmo o Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC, o qual reuniu moradores da região e pesquisadores acadêmicos no debate sobre a memória regional.

Parte importante na amplificação desse processo deu-se com a elaboração de reportagens pela imprensa escrita regional, particularmente o *Diário do Grande ABC*, jornal de forte presença no debate de alternativas para o desenvolvimento regional, especialmente entre os anos 1990 e início dos anos 2000, com a abertura de colunas para articulistas debaterem temas específicos sobre a cidade, entre eles, memória e patrimônio cultural, ou mesmo matérias especiais sobre os bens culturais da região.

Este artigo propõe-se a apresentar parte das análises que se desenvolvem em estudo pós-doutoral, realizado na Universidade Metodista de São Paulo e que contou com bolsa da FAPESP no período de julho de 2009 a janeiro de 2010, no que tange à análise da visão expressa pelo *Diário do Grande ABC* sobre o patrimônio cultural regional, procurando identificar os valores divulgados por essa mídia impressa e sua relação com os conceitos estabelecidos por cartas e resoluções dos congressos de organismos internacionais de preservação do patrimônio cultural, a par de impactos sobre a política de preservação do patrimônio cultural das cidades do Grande ABC.

O desenvolvimento deste trabalho dá-se a partir da leitura do acervo do jornal *Diário do Grande ABC*, focando o período de 1975 a 2000. Em universo de cerca de 1.800 artigos, busca-se identificar, nos editoriais e reportagens específicas sobre a questão do patrimônio cultural, as visões que o jornal divulga, tendo em vista o seu papel como formador de opinião. A análise dos artigos veiculados pela imprensa ao longo desse período permite verificar que o jornal assumiu a valorização de vários bens de interesse cultural, entre eles festas populares, igrejas, a Vila de Parapiacaba (vila ferroviária implantada pela São Paulo Railway no alto da Serra do Mar), os estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, objetos de arte e acervos documentais e fotográficos. Tal atitude do veículo provocou uma reação por parte das prefeituras, criando mecanismos de defesa e fortalecimento de vínculos de identidade regional em seus leitores, os quais passaram a manifestar suas opiniões sobre o tema em colunas especiais do jornal.

O artigo aponta, porém, vários equívocos do jornal com relação a conceitos sobre patrimônio cultural e medidas de salvaguarda que, em razão do modo pelo qual são insistentemente veiculados, dificultam a ocorrência das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. O entendimento da visão da imprensa sobre o tema pode, portanto, contribuir para a formulação de programas de educação patrimonial de modo a valorizar o patrimônio local e regional.

A preservação do patrimônio cultural na região realiza-se, então, de forma tímida e descontínua, exigindo uma ação no sentido de re-estabelecimento de conceitos e de procedimentos de salvaguarda de bens e conjuntos de bens como forma de garantir a identificação dos bens de interesse de preservação e de suas relações com o desenvolvimento das cidades.

Mostram-se, assim, dois desafios: de um lado a formulação de programas de educação patrimonial que atinjam parcela diversificada da população para que possa se expressar mais fortemente sobre os valores que as comunidades pretendem defender, e, de outro lado, a formulação de políticas de preservação do patrimônio relacionadas com as políticas de desenvolvimento, amparadas em planos diretores e planos regionais.

PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE

O termo “patrimônio” está, em sua origem, associado à herança paterna, aos bens de família, à riqueza, fortemente associado às relações econômicas. Requalificado por diversos adjetivos ao longo do tempo – patrimônio genético, patrimônio natural, patrimônio histórico – a expressão “patrimônio cultural” designa um bem herdado por um grupo social. Françoise Choay (2001: 11) define patrimônio como sendo a “expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos, móveis e imóveis, e saberes humanos”.

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural vem de vários séculos, com a

organização das primeiras bibliotecas, das primeiras coleções de objetos e com a construção dos primeiros monumentos e palácios em celebração de um feito especial (a vitória em uma batalha, por exemplo) ou como destaque de alguma autoridade local. A partir do século XVIII, na Europa, foi se consolidando a noção de patrimônio nacional, organizado a partir da reunião de documentos e artefatos históricos que passaram a compor os símbolos de uma nação, elementos de identidade de um povo.

A constituição de patrimônios nacionais teve por objetivo a criação de um referencial comum a todos que habitavam um mesmo território e, assim, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, sobrepondo-se aos interesses das memórias particulares e locais. O patrimônio passou, então, a se constituir de uma coleção simbólica unificadora, a qual procurava garantir bases para a identidade da nação em seu processo formador, o que também significa certa sobreposição à diversidade de grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território.

No século seguinte, foram elaborados os primeiros estudos para a conservação e proteção dos marcos arquitetônicos da identidade nacional, os monumentos históricos. Tais estudos, via de regra, constaram de inventário de bens de interesse de preservação por razão de seus atributos: artístico, econômico, histórico, afetivo, cognitivo.

O advento da Revolução Industrial, ao provocar grandes transformações na paisagem europeia, particularmente com o crescimento das cidades, fortaleceu as ações de preservação dos monumentos tidos como marcos referenciais de momentos heróicos do passado e, em especial na França e na Inglaterra, foram elaboradas normas legais de proteção e procedimentos para a conservação de monumentos históricos, ou seja, edifícios que, por suas características, refletem os valores nacionais, históricos e artísticos. O debate sobre metodologia de restauro e preservação de bens de interesse histórico tornou-se uma das pautas relevantes. A resolução final do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, denominada “Carta de Atenas”, elaborada em 1933, determina a necessidade de proteção de edifícios isolados ou conjuntos urbanos que constituem expressão da cultura e a subordinação do interesse privado ao interesse coletivo, apresentando a seguinte justificativa:

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança (Carta de Atenas, CIAM, 1933. In: CURY, op. cit., p. 52).

As cartas internacionais do patrimônio evoluíram ao longo do tempo para uma visão sobre o patrimônio cultural que valoriza, além dos monumentos artísticos e de caráter

excepcional, os espaços produzidos coletivamente, as ambiências urbanas que fazem parte das vivências comunitárias e cotidianas. Desse modo, apresentam o mesmo ponto de vista de autores como Argan (1995) e Rossi (1995), os quais conceituam a cidade como um espaço de criação coletiva, carregado de símbolos que remetem à memória e identidade de seus habitantes e, portanto, possuem valor cultural e afetivo.

Rossi (*op. cit.*) afirma que a arquitetura da cidade, composta de traçados e volumes, com suas ruas, praças e edifícios, possibilita a leitura e a interpretação de fatos urbanos, fatos esses únicos para cada lugar, remetendo para o debate de temas como a individualidade, o desenho, a memória e, por que não dizer, a identidade do lugar e dos habitantes do lugar.

Nesse contexto, a paisagem urbana revela-se como lugar repleto de historicidade, de memórias, de referências e de vivências, o que, segundo Bourdin (2001), reforça, no habitante, o sentimento de pertencimento a um grupo social e a um território, abrindo campos de atuação na área da valorização da história local e do patrimônio cultural em sua mais ampla totalidade, e, dentro dele, o patrimônio ambiental urbano.

As figuras contemporâneas da localidade são marcadas pelo patrimônio (histórico e ambiental), quer ele sirva para resistir, para reivindicar ou para produzir algum sentido, e esse último aspecto talvez seja o mais importante: no momento em que a localidade é principalmente móvel e em redefinição, em que a localização resulta sobretudo na deslocalização, a referência patrimonial, por mais fabricada que seja, constitui um meio de “fazer localidade” particularmente eficaz (BOURDIN, *op. cit.*, p. 121).

Nas últimas décadas do século XX, ocorreu no Brasil um intenso processo de valorização da memória e do patrimônio cultural, incluindo aí os elementos da paisagem, ou o patrimônio ambiental urbano, o que se reflete em ações da gestão pública na revitalização de centros urbanos deteriorados ou mesmo nas experiências de preservação de áreas urbanas contínuas. O tombamento de alguns bairros sinaliza o desenho urbano diferenciado, como os implantados pela Companhia City na Cidade de São Paulo, os quais garantem melhor qualidade urbana na cidade. Também os órgãos de imprensa escrita têm dedicado atenção ao tema. Ao mesmo tempo, as práticas de salvaguarda do patrimônio cultural têm valorizado, cada vez mais, as ações integradas entre diferentes setores do organismo público e grupos da sociedade civil organizada, em conformidade com as diretrizes expressas nas recomendações de organismos internacionais, as quais destacam a importância da ação local sobre a preservação. Nessa direção foi a Conferência Geral da Unesco, realizada em Nairobi:

A aplicação de uma política global de salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência deveria basear-se em princípios válidos para cada país em sua totalidade. [...] Conviria (aos Estados Membros) revisar as leis relativas ao planejamento físico territorial, ao urbanismo e à política habitacional de modo a coordenar e harmonizar suas disposições com as das leis relativas à salvaguarda do patrimônio arquitetônico. Essas legislações deveriam encorajar a adaptação ou a adoção de disposições, nos planos urbanos, regional ou local,

para assegurar tal salvaguarda (Recomendações de Nairobi, UNESCO, 1976. In: CURY, *op. cit.*, p. 222).

Nos anos recentes, a salvaguarda do patrimônio cultural tem adotado um conceito mais amplo que destaca de forma mais clara os valores simbólicos dos bens e as relações sociais com o bem. Esse novo enfoque tem se dado ao longo de inúmeros debates da Unesco em função das especificidades de bens materiais que se analisam para a proteção desse órgão, na qualidade de patrimônio da humanidade. Novas categorias de bens estabelecem-se para dar conta da diversidade das formas de expressão cultural do mundo.

Desde a década de 1990, a salvaguarda do patrimônio cultural tem trabalhado com o conceito de “paisagem cultural”, adotado pelo Conselho de Ministros da Comunidade Europeia em 1995 (Recomendação Europeia nº 95. In: CURY, *op. cit.*, p. 329 a 345), consolidando o conceito de patrimônio cultural que se estende para além do edifício ou monumento e busca a valorização do território como parte integrante da memória e da identidade do bem. Trata-se de um avanço conceitual que valoriza os aspectos estéticos de um lugar, assim como os usos e as formas de apropriação do espaço dados pela população.

Com a diretriz de valorizar a paisagem como patrimônio cultural, a Recomendação 95 do Conselho de Ministros da Europa adota a percepção do território como ferramenta para identificação da paisagem cultural de interesse para a preservação. Essa abordagem mais ampla do tema propõe abarcar diversos aspectos da construção cultural de uma sociedade, assim como identificar práticas culturais e tradições presentes no cotidiano da comunidade. A Recomendação 95 considera que a paisagem apresenta um triplo significado cultural, pois:

É definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento dos indivíduos com o meio ambiente; ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições (Idem, p. 331 - 332).

Essa forma de abordagem é ampliada em 2003 com a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, buscando retirar definitivamente o caráter de excepcionalidade ao bem cultural. A partir dessa conquista, manifestações culturais, modos de fazer, saberes, habilidades e crenças receberam atenção do organismo internacional de cultura.

É diante dessa visão mais abrangente de patrimônio cultural, afirmada por organismos internacionais de preservação do patrimônio, da qual o governo brasileiro participa e aprova, que a pesquisa expressa por este artigo se estrutura. Destarte, busca confrontar os valores que são apreciados pela comunidade regional do Grande ABC quando questionada sobre o patrimônio que, segundo ela, merece a distinção de ser preservado.

Destaca-se ainda que, atualmente, quando a velocidade da informação e as relações da economia reduzem as distâncias e procuram homogeneizar as diferenças, tem sido, cada vez mais frequente, a valorização da identidade local, por meio da valorização de aspectos do passado e da cultura, como alternativa de resistência à alienação e desagregação social e em resposta aos efeitos negativos da globalização, notadamente seus aspectos especulativos.

É preciso reconhecer que preservar é uma forma de resistência à expropriação generalizada que exercem as forças econômicas nas sociedades como as capitalistas, em que o espaço se reduz a mercadoria e o domínio público da cidade assume o valor de ficção. Preservação se torna, então, exigência do desenvolvimento (MENEZES, 1978, p. 46).

Ou ainda, como afirma Marcelo Coelho:

[...] o grande papel do patrimônio cultural é o da manutenção, construção ou reconstrução da identidade (pessoal e coletiva) de modo, sobretudo, a proporcionar, ao indivíduo e ao grupo: a) um sentimento de segurança, uma raiz, diante das acelerações da vida cotidiana na atualidade; b) o combate contra o estranhamento das condições de existência, ao proporcionar a vinculação do indivíduo e do grupo a uma tradição e, de modo particular, a resistência contra o totalitarismo, que faz da criação de massas desenraizadas o instrumento central de uma manipulação em favor da figura atratora apresentada como único ponto de referência e orientação (COELHO, 2004, p. 288).

É, também, dentro dessa perspectiva que se coloca a Constituição Brasileira (1988), em seu Artigo 216, ao definir como patrimônio cultural brasileiro:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Diante da abrangência proposta pelos constituintes e dos debates internacionais em curso, o órgão de defesa do patrimônio nacional – IPHAN – tem adequado a legislação para registrar e conservar bens que, no dizer de Fonseca (2009), estão “além da pedra e cal”. Com a aprovação do Decreto 3551/2000, o qual institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, tornou-se possível atribuir valor aos bens de valor cultural expressos no Artigo 216 da Constituição, e, até mesmo, no dizer de Fonseca (*op. cit.*, p. 63) retomar os critérios mencionados por Mario de Andrade no anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, de 1936.

A construção de sentidos de lugar no espaço público é um processo de grande importância para entender as questões atuais do patrimônio que, em geral, se concentra nas áreas centrais das cidades. A experiência social tem sido profundamente marcada na atualidade por migrações e deslocamentos forçados, pela ampliação do acesso e maior eficiência dos meios de comunicação e de informação à distância, tecnologicamente mediados. Nesse contexto, o sentimento de pertencer a coletividades nacionais, regionais ou locais, assim como de ocupar posição reconhecível no mapa social, ganha nova significação e importância, que se manifestam na construção de sentidos de lugar e incluem demandas de natureza patrimonial (ARANTES, 2006, p. 406).

No mesmo sentido, o IPHAN instituiu, em 2009, a chancela “paisagem cultural” (Portaria Iphan 187/2009) como instrumento de preservação do patrimônio cultural que se dará por meio de um pacto com a gestão urbana do território, buscando alianças entre práticas sociais e suas interações com o meio ambiente.

Discussões mais recentes da UNESCO apontam para uma nova categoria de patrimônio cultural com um instrumento que se volta à salvaguarda das “paisagens urbanas históricas” (Historic Urban Landscapes), proposta aprovada na 36ª Conferência Geral da UNESCO (Paris, 2011), reconhecendo a importância da abordagem da paisagem urbana histórica como uma forma inovadora de preservar o patrimônio e gerir cidades históricas. A recomendação amplia o conceito de centro histórico, incluindo o contexto urbano mais amplo de sua geografia e dos valores atribuídos ao território por seus habitantes, fortalecendo o ideal da gestão integrada para a conservação do patrimônio e o desenvolvimento socioeconômico de uma localidade.

A abordagem da paisagem urbana histórica visa preservar a qualidade do ambiente humano, aumentando o uso produtivo e sustentável dos espaços urbanos, reconhecendo o seu caráter dinâmico, e promovendo a diversidade social e funcional. Ela integra as metas de conservação do patrimônio urbano e do desenvolvimento social e econômico. Ela está enraizada em um relacionamento equilibrado e sustentável entre o ambiente urbano e natural, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado do passado (UNESCO, 2011, p. 3, tradução livre do autor).

VISÕES DO PATRIMÔNIO NA IMPRENSA REGIONAL

O *Diário do Grande ABC* iniciou suas atividades em maio de 1958 como um semanário gratuito denominado *News Sellers*, com a proposta de, segundo o editorial publicado em 11 de maio daquele ano, “se manter neutro em matéria de credos políticos ou religiosos. Será uma publicação equidistante de qualquer opinião sobre qualquer assunto, pois, penetrando em milhares de lares do município terá de ser uma leitura digesta e agradável para todos os membros da família” (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 11 maio. 1958, *apud* PETROLI, 2000: 143).

Ao final da década de 1970, o jornal, já como *Diário do Grande ABC*, realiza inúmeras iniciativas na busca de se inserir mais fortemente no cotidiano da região, com reportagens investigativas sobre as cidades do ABC, das quais, com interesse direto sobre o tema se destaca a publicação de uma série de 92 reportagens denominadas “A história dos bairros”, sob autoria do jornalista Ademir Médici e publicadas aos domingos no período de 1º de abril de 1976 a 22 de julho de 1979; de séries sobre as áreas verdes da região, denominada “Ilhas Verdes”, sobre as “Igrejas do ABC”, ou ainda a série “Radiografia dos bairros”, a qual, além de apresentar os principais problemas dos bairros, destacava um breve histórico e as imagens das principais referências.

Constantemente, o jornal realiza a cobertura de manifestações e festas populares que ocorrem na região, como as festas de folias de reis, festas juninas e carnaval, bem como as manifestações religiosas, como as procissões de Nossa Senhora dos Navegantes, a qual ocorre no Bairro de Eldorado, em Diadema, e dos Carroceiros, em louvor a Nossa Senhora dos Viajantes, em São Bernardo do Campo, e, ainda a Festa de Nossa Senhora do Pilar, em Ribeirão Pires, ou da colônia italiana em São Caetano do Sul, reforçando, como afirma Bourdin (*op. cit.*), os laços de pertencimento da comunidade com a sua localidade.

O envolvimento do jornal com as questões regionais tornou-se mais intenso nas décadas seguintes e, nos anos 1990, o *Diário do Grande ABC* toma a frente de inúmeras campanhas, aprofundando “seus compromissos com a comunidade e com o desenvolvimento da região”, o que se mostrou por meio de participação ativa em campanhas de interesse público, quais sejam: Vote no Grande ABC (1994), criação do Fórum de Cidadania do GABC (1995), apoio à série Concertos Grande ABC (a partir de 1995), apoio à Câmara Regional do ABC (1997), Um piano para o Grande ABC (1998), entre outros (DIÁRIO DO GRANDE ABC, Caderno Especial 40 anos, 10 de maio de 1998).

A questão da preservação do patrimônio cultural recebe destaque no *Diário do Grande ABC* na segunda metade da década de 1970, em momentos distintos. O primeiro momento dá-se em março de 1975, quando a Prefeitura de Rio Grande da Serra decide desativar o cemitério da Santa Cruz, localizado ao lado de capela de mesmo nome e que deu origem ao povoamento daquela cidade. “Considerado por alguns moradores como patrimônio histórico que, refletindo a passagem do século (época em que, se supõe, tenha ocorrido o primeiro sepultamento), deveria, por isso, ser preservado” (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 23 fev. 1975, A5). A mesma reportagem destaca, ainda, que a Igreja de Santa Cruz “é a verdadeira relíquia histórica a ser preservada” (*idem*).

Em março do mesmo ano, o jornal valoriza a ação do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio – CONDEPHAAT – ao tombar a Capela de Nossa Senhora do Pilar, em Ribeirão Pires (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 15 abr. 1975, A3). No entanto, desconhecendo os cuidados necessários para com o bem tombado, no mês seguinte, condena a demora na restauração da igreja em artigo com o título “Restauração da Igreja pode demorar três anos”, e destaca, junto à legenda da foto com a fachada da capela, que a “Pesquisa impede restauração da Igreja do Pilar”, pesquisa essa necessária para o reconhecimento

dos momentos históricos e as intervenções realizadas sobre o edifício, o qual parece ser do século XVIII (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 16 maio 1975, A3).

Em julho de 1980 e em janeiro de 1981, o *Diário do Grande ABC* noticiou dois eventos distintos sobre a destruição do patrimônio cultural que mereceram destaque por vários dias pela imprensa regional, além de ações de grupos organizados da sociedade civil. O primeiro evento ocorreu em Rio Grande da Serra, quando frequentadores da Igreja Matriz local, a Igreja de Santa Cruz ou São Sebastião, destruíram a antiga capela que estava em processo de tombamento pelo CONDEPHAAT, devido ao receio de estarem impedidos de construir uma capela mais ampla no mesmo terreno (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 17 jul. 1980: A16). A Cúria Diocesana do ABC não apresentou denúncia sobre a ocorrência, porém conseguiu interromper o processo de demolição do bem, o qual se manteve por muitos anos sob a forma de ruínas ao lado da nova igreja, tendo sido reconstruído recentemente.

Ilustração 1 - Vista da vila ferroviária de Paranapiacaba



Fonte: Silvia Helena Passarelli, 2010

No ano de 1981, foi a vez do incêndio da estação quase centenária de Paranapiacaba receber a atenção do jornal (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 8 jan. 1981, A2), desencadeando um grande debate sobre a preservação do patrimônio ferroviário, das demais estações ferroviárias e, particularmente, da vila ferroviária e, posteriormente, de todo o patrimônio histórico das cidades do ABC.

Essa situação (de abandono) é comum em todos os monumentos históricos da região que sofrem depredações e deterioração do tempo. Para sua conservação é necessária, além da ação do Condephaat, uma intervenção das autoridades locais no sentido de solicitar o tombamento destes monumentos (no caso, Paranapiacaba e Pilar) e zelar pela sua manutenção (BARALDI; PRIVIGLIERI, 1981: A2).

As reportagens da imprensa sobre bens imóveis do espaço urbano multiplicaram-se nos últimos vinte anos do século XX e abrangeram todos os municípios da Região do ABC, divulgadas em artigos que discorrem sobre ações positivas e negativas das administrações locais ou em reportagens especiais sobre festas tradicionais, comemorações anuais de instituições ou entrevistas a personagens da história regional. Em reportagens especiais de valorização da memória e do patrimônio cultural, destacou-se a publicação de uma série de reportagens que procurou realizar um inventário histórico relacionando os bens de interesse de cada município. A série “inventários históricos” foi publicada aos domingos, entre 15 de fevereiro de 1987 e 14 de junho de 1987, sob a coordenação do jornalista e editor do caderno “Cidades & Serviços”, Ademir Médici e tem sido referência para o debate regional sobre patrimônio cultural.

O progresso industrial, ocupação urbana acelerada e a devastação originada por toda metamorfose registrada no Grande ABC, tudo isto não acabou com os monumentos históricos da região. Há exemplares magníficos em todos os Municípios. Vários deles mereceram estudos oficiais. Outros passaram despercebidos pelas autoridades e sobrevivem unicamente porque seus proprietários assim o quiseram. O certo é que, até aqui, nenhum estudo foi tornado público acerca deste conjunto de bens histórico-culturais.

Esta série de reportagens procurará assinalar o estado de conservação dos principais bens, chamando atenção da sociedade para cada um deles. A relação não tem qualquer preocupação científica, tarefa que estaria melhor atribuída a cada um dos Municípios, em particular, e aos órgãos oficiais do Estado (MEDICI, 1987: B10).

Nessa série, a partir da pesquisa interna do jornal e de busca de informações junto às prefeituras e aos antigos moradores, o jornal apresentou listagens de bens a serem preservados nas cidades do ABC, sempre chamando a atenção para a necessidade de uma política de gestão local sobre o tema.

Em outras reportagens especiais, o *Diário do Grande ABC* propôs a criação de museus e de circuitos culturais em monumentos e sítios de interesse cultural e ambiental do ABC, numa perspectiva de, num primeiro momento, divulgar o valor dos patrimônios e, até mesmo, criar roteiros de turismo cultural pelas cidades do ABC, numa nova perspectiva de desenvolvimento econômico local (SIMÕES, 1983: C1; BONFIN, 1990: B1; NEVES, 1996: B1).

Ainda no ano de 1987, o jornal criou uma coluna diária sobre memória, a qual circula até hoje no caderno “Sete cidades”, sob a responsabilidade do jornalista Ademir Médici. Ilustrada frequentemente por uma fotografia antiga de acervo familiar ou público, a coluna “Memória” registra momentos marcantes da organização regional, divulga ações em relação à preservação da memória e, principalmente, relata aspectos do cotidiano dos atores da história local.

Os artigos especiais e os da coluna “Memória” têm orientado a pauta das reportagens sobre

patrimônio cultural da região e, em diversos momentos, a tomada de decisões sobre as ações das administrações locais no que se refere à gestão dos bens de interesse cultural e histórico. A divulgação desses temas pela imprensa fortaleceu, ainda, a organização da sociedade civil pela preservação de bens de interesse histórico e cultural que, desde a segunda metade da década de 1980, surgiu na região e que tem se mobilizado na defesa do patrimônio cultural.

A atenção da imprensa regional de valorizar a memória e o patrimônio cultural expressa-se também em editoriais, nos quais é veiculada diretamente a opinião da empresa jornalística. Em 1982, por exemplo, em relação a problemas identificados com a preservação do patrimônio ferroviário, o editorial assevera que “Patrimônio cultural precisa ser defendido”:

Preservar a memória nacional, representada pelos monumentos e construções diversas, documentos históricos e objetos antigos, não tem sido o forte da autoridade pública brasileira [...] Entretanto, sempre é hora de preservar-se o que resta do patrimônio histórico, tanto no que diz respeito às estações de Campo Grande e mais algumas que restam, como em relação a outros documentos móveis e imóveis do Brasil antigo. [...] A sua conservação (da estação de Campo Grande) não representa nenhum sacrifício para os cofres da Rede Ferroviária Federal, mesmo que exija investimento para mantê-la em ordem; esse investimento se justifica plenamente (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 11 mar. 1982, A4).

Ou, ainda, em “Investir na memória é preservar o futuro”: “A memória de um povo é o seu maior patrimônio cultural. É através dos valores do passado que se torna possível, geração após geração, acumular-se conhecimento, evitando-se que os valores de nossos ancestrais se percam no tempo e no espaço” (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 11 mar. 1985, A 4).

A destruição da fachada de um antigo cinema de rua de Santo André motivou, por exemplo, um editorial do *Diário do Grande ABC*, intitulado “Destino do Carlos Gomes depende de nós” e o fortalecimento de um movimento social denominado SOS Carlos Gomes:

Preservar a memória é característica de povos socialmente evoluídos e algo raro no Brasil. Enquanto na Europa, por exemplo, cidades inteiras são tombadas e protegidas da impiedosa devastação imposta pelo progresso, aqui a importância dada ao legado deixado para gerações vindouras é desprezada. [...] A responsabilidade pela preservação histórica é de todos, mas é acima de tudo, uma incumbência dos governos municipal, estadual e federal (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 17 set. 1987, A4).

O editorial aponta alternativas para a preservação de bens, como a instituição do tombamento, destacando que a aplicação desse instrumento não fere a propriedade do imóvel e a possibilidade de incentivos fiscais para garantir a preservação, ou ainda a troca de imóveis na cidade, na procura de abrir um espaço de debates na Administração Pública para implementar ações no sentido da preservação do patrimônio cultural, as quais só terão ressonância a partir de 1990.

Já neste século, quando da demolição de um casarão em Santo André, a editoria do jornal reforça a necessidade da ação do poder municipal no sentido de garantir a preservação dos bens locais, e expressa em “Destruição histórica”:

Há cerca de meio século o Grande ABC está empenhado em uma das tarefas mais inglórias de sua história: a destruição sistemática da memória local – em nome de interesses mercantis ou então pelo abandono criminoso de obras e conjuntos arquitetônicos que remetem aos primeiros tempos da industrialização e da entrada da velha Borda do Campo no universo das primeiras conquistas tecnológicas. [...] A preservação da memória, ou do pouco que ainda resta dela, dispensa posições extremadas, mas ressent-se da falta de tratamento adequado e lógico. É fundamental que a tarefa seja entendida e empregada de maneira inteligente, realmente preservacionista, sem que isso impeça o acesso da sociedade aos confortos e facilidades da vida contemporânea (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 25 nov. 2002, A6).

Entre os anos de 1989 e 2001, o *Diário do Grande ABC* abre espaço para a participação de leitores e especialistas nos mais diversificados temas e, no final de 1990, foi criada a coluna “Ame sua cidade”, espaço aberto à opinião da comunidade, onde foram publicados na íntegra, artigos de até três laudas junto ao caderno sobre as cidades. Essa coluna tornou-se importante veículo para divulgação de ideias sobre o resgate da memória e a preservação do patrimônio cultural, entre outros.

Dentre as opiniões de “articulistas” especialmente convidados para colaborar com o jornal em artigos semanais, destaca-se a participação de Luiz Roberto Alves, professor da Universidade Metodista e importante incentivador da pesquisa sobre as culturas locais/regionais e suas relações com o processo educativo.

Um dos desafios é a recuperação, restauração e preservação da memória histórico-cultural. Sem essa dimensão, perderemos o testemunho do tempo regional, nos submeteremos à ganância especulativa e não teremos o que mostrar à criança e ao jovem que se educam. Neste ponto, é fundamental produzir catálogos e anuários da produção cultural (recuperando a história) incluindo as manifestações culturais populares (ALVES, 1990: A6).

Ou ainda o dramaturgo Luiz Alberto de Abreu, morador de Ribeirão Pires:

[...] cultura, mais do que sua representação, é o exercício contínuo e a busca diária de cada agrupamento humano no rumo de sua própria identidade. É debruçar sobre as próprias lembranças e contar e recontar sua própria história. E, assim fazendo, refazer sua própria história, até chegar a sua melhor expressão, porque cultura trata não somente do que foi, mas do que poderia ter sido e, principalmente, do que ainda poderá ser. [...] a necessidade de ver sua cidade expressa artisticamente não era ditada por vanglória provinciana, mas por uma

legítima busca de identidade. E vou além, e arrisco afirmar que essa identidade seja talvez nosso passaporte para o futuro” (ABREU, 1996: Cultura & Lazer, 3).

AS AÇÕES DOS MUNICÍPIOS E DA REGIÃO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

As leis orgânicas dos municípios foram elaboradas à luz da Constituição Federal no que toca à valorização e preservação do patrimônio cultural e às diretrizes de desenvolvimento econômico e social das administrações públicas. Assim, enfatizam a importância do resgate da memória como afirmação da identidade local e conceituam o patrimônio cultural com a mesma amplitude verificada na Constituição, muitas vezes, copiando o Artigo 216. No entanto, observa-se que raramente são implementadas as diretrizes de salvaguarda do patrimônio, especialmente no que se refere aos elementos urbanos remanescentes da gênese do subúrbio industrial ou dos núcleos formados na passagem entre o litoral e o planalto, como é o caso das cidades do Grande ABC. Identicamente, isso também ocorre com seus conjuntos de casas para trabalhadores ou de comércio, as quais tradicionalmente compõem a paisagem dessas cidades. Pode-se afirmar, até mesmo, que no que se refere à preservação do patrimônio cultural, os municípios do ABC não cumprem suas próprias Leis Orgânicas.

O debate proposto pelo Diário do Grande ABC desde a década de 1980 refletiu, ou impactou, de formas diferentes nas gestões locais da Região do Grande ABC. Lenta e diversamente, os municípios do ABC passaram a organizar conselhos municipais de cultura, conselhos de defesa do patrimônio cultural e passaram a divulgar a história local e regional por meio de exposições e publicações, contando sempre com o apoio do jornal. O jornal lançava o desafio de investigar e reconstruir a história regional, enquanto as administrações locais e as organizações da sociedade civil buscavam responder aos apelos por meio de ações, promulgação de leis ou de debates públicos sobre o tema.

Nesse sentido, as prefeituras de São Bernardo do Campo, Santo André e Mauá instalaram seus conselhos municipais de preservação do patrimônio. Nas duas primeiras cidades, os órgãos mantiveram-se atuante durante os anos 1990 e 2000, porém com grandes dificuldades de preservar bens que não pertencessem ao patrimônio público. Mauá, com as mesmas dificuldades de tomar bens particulares, teve, ao longo do tempo, uma atuação irregular, completamente dependente dos interesses dos prefeitos em exercício. Destaca-se, porém, que foi no município de Mauá que ocorreu o primeiro registro de um patrimônio imaterial da região, com o reconhecimento do “Samba-Lenço”, praticado por grupo folclórico com mais de 50 anos de atividade, o qual realiza uma dança de origem africana em louvor a São Benedito. São Caetano do Sul, no mesmo período, fundou a Fundação Pró-Memória, com a finalidade de manter, divulgar e preservar o patrimônio cultural local, com ênfase na preservação de documentos e objetos. A instituição, embora relacione edifícios e logradouros de interesse histórico-cultural, não tem mecanismos legais para a preservação do patrimônio ambiental e urbano. Diadema, por sua vez, relaciona os bens de interesse de

preservação na lei do Plano Diretor e, muitas vezes, conflitos entre os interesses do mercado imobiliário e a preservação do patrimônio cultural coloca em pauta a mudança dessa lei junto ao Legislativo local. Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não têm mecanismos legais para a preservação do patrimônio cultural, embora alguns bens sejam destacados em seus sítios na Internet como de interesse histórico e turístico.

Com relação às ações de investigação da história regional, concretizou-se a idéia de reunir pesquisadores e estudantes para a troca de informações por meio dos congressos de história regional, evento bienal realizado por uma das sete prefeituras e com apoio do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, o qual, desde 1990, teve dez edições em cada uma das cidades da região (o 10º Congresso de História do Grande ABC ocorreu em São Caetano do Sul no ano de 2009).

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, ou Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, o qual reúne os prefeitos dos sete municípios para a busca de soluções de problemas comuns, foi instalado oficialmente em dezembro de 1990. A operacionalização de suas atividades é viabilizada sob a orientação de diretrizes formuladas pelo Conselho de Municípios, órgão soberano constituído pelos sete prefeitos consorciados. Suas deliberações são encaminhadas a técnicos municipais que se organizam em equipes setoriais para a formulação de trabalhos com temas específicos.

No ano de 1998, o Consórcio do ABC, em conjunto com o Governo do Estado e representantes da sociedade civil (empresas, sindicatos, universidades e organizações não governamentais) organizou a Câmara Regional do Grande ABC, para que juntos pudessem equacionar e buscar soluções para os problemas de variada ordem: social, econômica, ambiental, físico-territorial e de circulação da região, mas também com vistas a construir nova experiência de planejamento regional. No ano de 2000, após um processo amplo de debates, Consórcio, Agência de Desenvolvimento e Câmara propuseram, entre as diretrizes de desenvolvimento regional, alternativas para a valorização do patrimônio cultural em dois eixos temáticos, quais sejam, o Eixo Estruturante *Diversificação e Fortalecimento das Cadeias Produtivas* e o eixo *Ambiente Urbano de Qualidade*. Segundo o primeiro, a valorização, preservação e conservação do patrimônio regional se associava ao tipo de turismo a ser incentivado. No segundo eixo, tais valores comporiam o programa de requalificação urbana com inclusão social (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC, 2000).

A partir dessa última proposição, foi estruturada a pesquisa *7Cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC* (COLE, 2008), a qual, numa parceria entre a Universidade Municipal de São Caetano do Sul e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, com apoio do Programa de Políticas Públicas da FAPESP, elaborou, de forma coletiva, uma metodologia para a percepção da paisagem e identificação do patrimônio cultural dessas cidades. O trabalho resultou na identificação de cerca de 1.500 bens de interesse cultural na região, sendo 900 deles localizados nas áreas centrais das sete cidades, áreas onde o estudo se deteve (ver ilustração 2). A grande maioria desses bens, no entanto, não apresenta qualquer nível de proteção, como se observa na Ilustração 3.

O esforço realizado por agentes públicos e pesquisadores durante os quatro anos da pesquisa *7Cidades*, no entanto, não foi suficiente para que a região como um todo, ou cada um dos municípios, particularmente, promovesse políticas que valorizassem o patrimônio cultural.

Ao mesmo tempo, embora as diretrizes regionais de desenvolvimento, expressas nos acordos da Câmara Regional, e as diretrizes locais de cada um dos municípios enfatizem a importância do resgate da memória e preservação do patrimônio como afirmação da identidade regional e fomento do turismo, a salvaguarda do patrimônio provoca constantes polêmicas, no que se refere ao confronto entre os interesses particulares e o interesse coletivo, ou melhor, entre o interesse do capital imobiliário e a preservação do patrimônio cultural.

Mesmo diante das dificuldades de investir na preservação do patrimônio cultural, as administrações locais têm, na medida do possível, destinado recursos para o resgate e a preservação da memória regional, das quais se pode citar a experiência de: Santo André, que recentemente implantou o “Circuito Cultural”, valorizando imóveis da área central do município; São Bernardo do Campo, cujo Conselho de Defesa do Patrimônio foi fortalecido com a formação de um grupo técnico de apoio às ações de preservação do patrimônio e que tem desenvolvido pesquisas para identificação de bens de interesse de preservação; São Caetano do Sul, que tem publicado revistas sobre a memória, denominada “Raízes”, e uma série de livros sobre a história local, ou Diadema, que organizou o Centro de Documentação da Memória; Mauá, no fortalecimento das atividades do museu histórico; Ribeirão Pires, que desapropriou e reciclou a ruína da antiga fábrica de sal Coteleses, ao lado da estação ferroviária, transformando-a em centro de educação e cultura; e Rio Grande da Serra, que viabilizou a reconstrução e reforma da Capela de Santa Cruz, essa última, sem acompanhamento técnico e sem qualquer preocupação com a paisagem, uma vez que, junto com a reconstrução da capela, foi autorizada a ampliação da igreja (ver ilustrações 4 e 5).

Ilustração 4 - Ruína da Capela de Santa Cruz, em Rio Grande da Serra



Fonte: Acervo Pesquisa 7Cidades, 2005

Ilustração 5 - A Capela Santa Cruz reconstruída com a nova Igreja São Sebastião em ampliação, sobrepondo a paisagem da pequena capela



Fonte: Acervo Pesquisa 7Cidades, 2007

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É óbvio que, não obstante o que se programe, planeje ou projete, o objeto é sempre a existência humana como existência social e que não se planejará ou projetará se não se pensasse que a existência social será, deverá ou deveria ser diferente e melhor do que já é (ARGAN, 2005, p. 212).

O debate proposto pelo *Diário do Grande ABC* desde meados da década de 1970 refletiu de formas diferentes nas gestões locais da Região do ABC. Pouco a pouco, os municípios do ABC passaram a organizar conselhos municipais de cultura, conselhos de defesa do patrimônio cultural e a divulgar a história local e regional por meio de exposições e publicações, contando sempre com o apoio do jornal. O jornal lançava o desafio de investigar e reconstruir a história regional, enquanto as administrações locais e as organizações da sociedade civil buscavam responder aos apelos por meio de ações, promulgação de leis ou de debates públicos sobre o tema.

Entre as ações de investigação da história regional concretizou-se a ideia de reunir pesquisadores e estudantes para a troca de informações por meio dos Congressos de História da Região do Grande ABC, evento bienal realizado por uma das sete prefeituras e com apoio do Consórcio Intermunicipal do ABC.

A relação de bens indicados pela imprensa aponta a valorização de bens que se destacam na paisagem, os quais apresentam, de certa forma, características de monumentalidade

ou de valor artístico excepcional e que são destacados como de interesse para políticas de desenvolvimento turístico regional. A imprensa destaca:

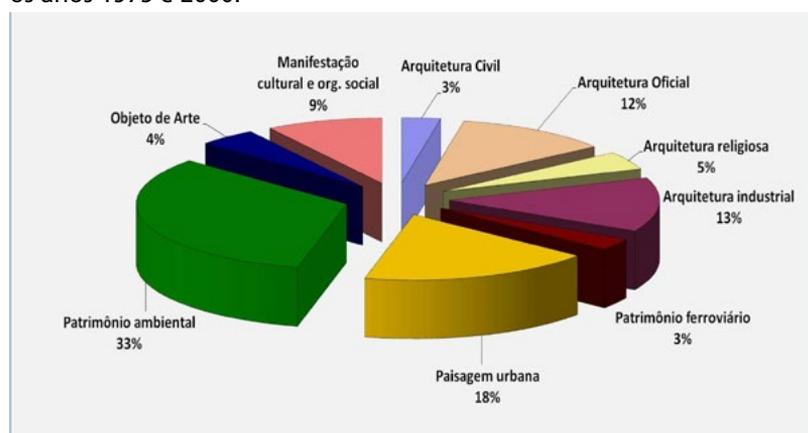
- Patrimônio ambiental: a represa Billings; a Serra do Mar e a Mata Atlântica; o Haras São Bernardo ou Chácara da Baronesa (em Santo André); o Parque Milton Marinho de Moraes, antigo camping municipal (em Ribeirão Pires); o Parque Gruta de Santa Luzia, o qual preserva a nascente do Rio Tamanduateí (em Mauá);
- Arquitetura Civil: Pavilhões e acervo da Companhia Cinematográfica Vera Cruz (em São Bernardo do Campo); o palacete Denardi, residência construída no final do século XIX (em São Caetano do Sul); o Cine-Theatro Carlos Gomes (em Santo André); a casa bandeirista (em Mauá); o casarão da família Zampol, ou casarão da Ponte Seca (em Ribeirão Pires);
- Arquitetura Oficial: o Paço Municipal de Santo André, incluindo o paisagismo e as obras de arte projetadas por Roberto Burle Marx; o 1º Grupo Escolar da região (em Santo André); a Câmara do Município de São Bernardo (em São Bernardo do Campo); os centros culturais de Diadema;
- Arquitetura religiosa: as capelas de Boa Viagem e Santa Filomena (em São Bernardo do Campo); a Capela Nossa Senhora do Pilar (em Ribeirão Pires); a Capela de Santa Cruz ou São Sebastião (em Rio Grande da Serra); a Capela Matriz Velha (em São Caetano do Sul) e a Capela da Santa Casa de Mauá, essa última, principalmente, em virtude dos afrescos do artista Emeric Marcier;
- Patrimônio ferroviário: a vila ferroviária e os edifícios, equipamentos e sistemas ferroviários que se encontram em Paranaapiacaba, Santo André;
- Caminhos Viários: a Estrada Velha do Mar, a Calçada do Lorena e os monumentos da Serra do Mar (em São Bernardo do Campo);
- Manifestações culturais: procissão dos carroceiros (em São Bernardo); a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes (em Diadema); a festa italiana (em São Caetano do Sul) e a festa de Nossa Senhora do Pilar (em Ribeirão Pires).

Essa relação omite, no entanto, os bens de menor expressão na paisagem, ou seja, sem características de monumentalidade ou de excepcionalidade artística, como conjuntos operários, vilas residenciais ou edifícios industriais, fragmento significativo do acervo histórico regional que permanece sem proteção legal e compõe a paisagem que ilustra a evolução da sociedade e suas culturas do trabalho. Do mesmo modo, dá testemunho do relacionamento entre os indivíduos e seu meio ambiente, como expressa a recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais (Recomendação Europeia nº 95. In: Cury, *op. cit.*).

Na visão da imprensa, destaca-se o olhar específico dos editoriais, onde se observa uma forte ênfase na preservação do patrimônio natural, citados em 33% dos editoriais que tratam da preservação do patrimônio, demonstrando uma sintonia com questões inerentes da paisagem

regional que abriga resquícios da Mata Atlântica junto à Serra do Mar e vasta área de mananciais que abastecem a metrópole ao redor da Represa Billings. Os editoriais realçam ainda elementos da paisagem urbana, especialmente ao se referir à Vila de Paranapiacaba; da Arquitetura Industrial, na defesa da preservação da Companhia Cinematográfica da Vera Cruz e edifícios da Arquitetura Oficial, particularmente na defesa do Paço Municipal de Santo André, exemplar da arquitetura moderna projetado pelo Arquiteto Rino Levi, com paisagismo de Burle Marx. Fortalece-se, assim, a preocupação na preservação do monumental, dos bens de maior visibilidade, como marcos de identidade regional a serem preservados. Porém, também na visão dos editores do *Diário do Grande ABC*, a simplicidade dos conjuntos operários ou o vigor da paisagem industrial (composta por indústrias implantadas desde o início do século XX) não apresentam valores que mereçam ações de preservação.

Ilustração 6 - Categorias de bens citadas pelos editoriais do jornal *Diário do Grande ABC* entre os anos 1975 e 2000.



Fonte: Elaborado pelos autores

Na realidade, os editoriais do *Diário do Grande ABC* atribuem ao patrimônio cultural e natural o valor de uso turístico, ao valorizar a vila de Paranapiacaba ou a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, a preservação da qualidade da água, ao valorizar o patrimônio ambiental. Dessa forma, divulga uma visão utilitária do bem cultural que deve ser preservado à luz de um valor econômico que se sobrepõe ao valor cultural, à memória do bem, possibilitando, até mesmo, transfigurações do bem, desde que não se perca sua função econômica, ignorando os valores simbólicos atribuídos aos bens.

Os artigos publicados na imprensa evidenciam, também, os conflitos entre os interesses coletivos da preservação do patrimônio e os interesses particulares dos proprietários de imóveis. Em “Destino do Carlos Gomes depende de nós”, editorial citado anteriormente que defende a preservação da sala de cinema, a empresa jornalística defende: “Não é justo causar prejuízos financeiros a quem quer que seja, notadamente quando se trata de pessoas que não possuam grandes recursos, mas é ainda mais injusto lesar a história de toda uma comunidade” (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 17 set. 1987, A4) destacando o conflito entre propriedade privada e defesa do interesse público que percorre todo o debate em

defesa do patrimônio cultural.

O mesmo conflito é expresso quando o órgão de defesa do patrimônio de Santo André decide tomar outra antiga sala de cinema da cidade, o Cine Tangará, como se observa em editorial intitulado “Tombar e preservar”, o qual questiona a eficácia da prática de tomar, ou seja, registrar em livros de tombo, bens de interesse histórico e cultural:

Criticadas com frequência pelo desinteresse com a história regional, algumas parcelas das administrações que ocupam as diferentes prefeituras, vez por outra, decidem tomar imóveis que consideram importantes para a manutenção do patrimônio histórico, fazendo em torno dessas providências o máximo possível em matéria de divulgação. Basta um olhar mais arguto sobre a maioria das políticas de preservação de imóveis e obras de arte do Grande ABC para que se comprove a ineficácia de grande parte dessa ação equivocada e superficial e se conclua que a mesma é pouco representativa para a preservação da história local (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 25 nov. 2002, A4).

De outro lado, esse conflito desaparece quando se trata da defesa de imóveis públicos, como é o caso da defesa do patrimônio ferroviário, do caminho do mar, imóveis isolados da arquitetura oficial e mesmo da arquitetura civil (a maioria deles de propriedade pública) e, até mesmo, os templos religiosos, já que igrejas não têm interesse em buscar lucro com os imóveis de sua propriedade.

Além desse conflito, a imprensa regional aponta um descompasso entre as ações valorizadas sobre a preservação do patrimônio cultural e as diretrizes de salvaguarda defendidas pelos órgãos internacionais de defesa do patrimônio que estão registradas nas “Cartas Patrimoniais” (ver CURY, *op. cit.*) ou mesmo pela própria Constituição Brasileira, ao enaltecer a valorização do passado – o “patrimônio histórico” – e dos bens de caráter excepcional ou monumental, em contraposição a outros valores do patrimônio, como os valores afetivos e paisagísticos, exigindo um esforço maior dos órgãos locais de defesa do patrimônio cultural.

São ignorados, também, os mecanismos de salvaguarda dos bens culturais recomendados pelos órgãos internacionais e, por exemplo, não se apresenta críticas quando se executa a construção de réplicas de edifícios de interesse cultural como forma de defesa do patrimônio cultural, como ocorreu com a Capela de Santa Cruz, em Santo André, a qual, demolida para a abertura de uma avenida, teve réplica construída dentro de um parque distante cerca de 2 km do local original; ou a Capela Nossa Senhora Aparecida, também conhecida como Capela da Record, em São Bernardo do Campo, a qual, demolida pela mesma razão, foi reproduzida no mesmo bairro, a Vila Pauliceia, ambas no ano de 1976.

Quando foram iniciadas as obras de alargamento da Avenida Santos Dumont, a igreja de Santa Cruz foi desapropriada e, como era considerada um monumento tradicional da cidade, o prefeito Antonio Pezzolo solicitou sua conservação. Para isso, o prédio antes de ser demolido, foi fotografado em seus mínimos detalhes para posteriormente ser reconstruído (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 30 mar. 1976, A3.).

Remoção de edifício também foi proposta para estações ferroviárias e demais equipamentos ferroviários, quando ocorreu a ampliação e modernização das antigas estações inglesas, construídas na virada do século. Novamente em Santo André, debateu-se a proposta de transferir o prédio para o mesmo Parque do Pedroso, num “processo de remoção será semelhante ao realizado pela Prefeitura quando da reconstrução da Capela do Pedroso. [...] A intenção da Prefeitura em transformá-la num museu da cidade, segundo Corazza, será valorizar a tradição do Município que para ele, é carente de patrimônios históricos” (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 21 maio 1976, A3).

Em nome da mobilidade, objetos de arte da cidade também são deslocados, eliminando referenciais urbanos e retirando, da população, o acesso à arte. É o caso de duas esculturas de Luiz Sacilotto, artista concreto andreense de renome internacional que teve duas esculturas da série Concreção instaladas na área central da cidade no ano de 2000. Em 2008, a escultura Concreção 0011 foi deslocada para ampliação de uma alça viária na Praça IV Centenário, onde se encontra o Paço Municipal da cidade. Recentemente, em julho de 2013, outra obra do artista foi retirada: a Concreção 0005 localizada num alargamento do calçadão da Rua Oliveira Lima, parte de um projeto amplamente debatido com a sociedade, sob a alegação de facilitar a circulação. Elimina-se, assim, a referência da arte concreta do seio da cidade industrial, apesar dos questionamentos de produtores culturais e frequentadores da área central.

Ilustração 7 - Escultura Concreção 0005 no calçadão da Rua Oliveira Lima, em Santo André, parte integrante do projeto Centro com Vida , retirada em 2013



Fonte: Acervo Pesquisa 7Cidades, 2007

Diante do desafio da preservação, cabe aos órgãos competentes fortalecer programas de educação patrimonial, explicitando os valores da preservação do patrimônio cultural e sua relação intrínseca com a melhoria da qualidade de vida das cidades.

Para reverter o quadro do abandono e efetivamente colocar em pauta a importância da valorização da identidade local e da preservação da memória e do patrimônio cultural, é necessário buscar novas alternativas para a proteção de bens imóveis, adotando as recomendações das cartas patrimoniais, criando mecanismos para a realização de identificação e inventário dos bens e a coordenação da política pública de salvaguarda do patrimônio com o planejamento territorial, a política habitacional e os planos regionais, sem abrir mão da ação educativa e da participação comunitária na definição de uma política de preservação do patrimônio.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal número 10.257, de 10 de julho de 2001) aponta caminhos possíveis para fortalecer a proteção de bens, ao propor, entre os instrumentos urbanos, a transferência do direito de construir, a qual, desde a década de 1990, já vem sendo adotada por alguns municípios como forma de garantir a preservação de edifícios de interesse cultural.

A adoção de Estudos de Impacto de Vizinhança, prevista no Estatuto da Cidade, também vem auxiliar na manutenção das diretrizes de salvaguarda de imóveis e sua ambiência, uma vez que propõe o princípio de análise prévia dos efeitos de empreendimentos que sejam implantados, podendo ser aplicada para aqueles que são propostos para as proximidades das áreas de interesse de preservação.

Ao mesmo tempo, o Estatuto da Cidade fortalece a importância da elaboração e revisão do Plano Diretor local, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e da gestão democrática da cidade, fundamental para a continuidade das políticas públicas, entre elas a de proteção do patrimônio cultural. Além disso, a política urbana deve estar afinada à política de preservação do patrimônio cultural e estabelecer mecanismos para a preservação de manchas urbanas, áreas ambientais e conjuntos, sobrepondo-se à legislação de uso e ocupação do solo, áreas delimitadas como de interesse de preservação. Assim fazendo, permitirá, no caso dos municípios da Região do Grande ABC, a salvaguarda de conjunto de casas de operários, áreas industriais ou conjuntos ao redor das estações ferroviárias que caracterizam a paisagem regional e que, muitas vezes, passam despercebidos, visto que não se destacam como elementos monumentais ou excepcionais da paisagem.

O Estatuto da Cidade aponta, portanto, um novo caminho para garantir a inter-relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento urbano, com a possibilidade de criar áreas com regulamentação especial, instituir a análise de impactos de vizinhança e possibilitar a venda de potencial construtivo, e, principalmente, propor um debate coletivo sobre a qualidade da cidade que se pretende construir, sobre a qualidade de vida que as cidades podem oferecer.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luiz Alberto de. Diário de Domingo. Quem somos (2)? In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 01 dez. 1996. Cultura & Lazer, 3.

ALVES, Luiz Roberto. Destaque. Potencialidades da cultura no Grande ABC. In: *Diário do Grande ABC*. Santo André, 20 nov. 1990. A, 6.

ARANTES, Antonio Augusto. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BARALDI, Roberto; PRIVIGLIERI, Robinson. Não há interesse dos Municípios. In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 08 jan. 1981. A, 2.

BONFIN, Nei. Igrejas guardam acervo precioso. In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 15 set. 1990. B, 1.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP; Estação Liberdade, 2001.

COELHO, Marcelo Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. Cultura e Imaginário. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2004.

COLE, Artur *et al.* **Relatório Científico Final**. Atividades desenvolvidas. 7Cidades: uma leitura perceptiva do Grande ABC. Contribuição metodológica para conhecer, reconhecer e intervir no espaço urbano. São Caetano do Sul: USCS; São Paulo: FAPESP, 2008.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC. **Câmara ABC**: Planejamento Regional Estratégico. Santo André: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, 2000.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Coleção pertencente à Biblioteca Municipal Nair Lacerda.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: Coordenação de Paisagem Cultural/IPHAN, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

MEDICI, Ademir. Inventário Histórico 1. Paranapiacaba, agora com atenção nacional. In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 15 jan. 1987. B, 10. 20.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. In: **CJ Arquitetura**. Patrimônio cultural de São Paulo. Rio de Janeiro: FC Editora, n. 19, p. 45-46, 1978.

NEVES, Washington. Passeio religioso por templos da região é programa legal. In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 26 nov. 1992. B, 1.

PETROLI, Valdenizio. **Diário do Grande ABC**: a construção de um jornal regional. Tese de Doutorado. UESP, São Bernardo do Campo, 2000.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIMÕES, Elianete. Empresários discutem circuito histórico na região. In: **Diário do Grande ABC**. Santo André, 19 abr. 1983. C, 1.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Recommendation on the Historic Urban Landscape**. Resolução 36 C/23. Paris: Unesco, 2011. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/activities/638>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

**Silvia Helena
Passarelli**

Professora e pesquisadora da Universidade Federal do ABC no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território e em bacharelados de graduação na área de planejamento ambiental e urbano. Desenvolve pesquisa na temática de preservação do patrimônio cultural, particularmente nas áreas de inventário e gestão do patrimônio.

**Luiz Roberto
Alves**

Professor e pesquisador na Umesp e na Usp. Trabalha nas linhas de pesquisa de cultura organizacional e de políticas públicas de governança. Ex-secretário de educação e cultura dos municípios de São Bernardo do Campo e Mauá, SP. Membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, CNE.